



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4983, de 05/09/2017

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 35089/2016-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 35089/2016-e

RELATOR : CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Representações oferecidas pelas empresas Brasiluz Eletrificação Eletrônica Ltda. (e-DOC AB26E76A-c) e Urbeluz Energética S.A. (e-DOC 4EAD46B7-c), com pedidos de medida cautelar, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI n.º 002/2016, tornado público por meio do Edital de Chamamento Público n.º 002/2016, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, cujo objeto é a elaboração de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Distrito Federal.


DECISÃO Nº 4361/2017


O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 1034/2016 - GAB/SEF e anexos (peça 30); b) do Ofício nº 0223/2017 - CJDF/GAG e anexos (peça 75); c) do Ofício SEI-GDF nº 91/2017 - SEF/GAB (peça 76); d) do Ofício nº 215/2015-GAB/SEF e anexos (peça 77); e) do Ofício nº 38/2017-SUBPPP/SEF-DF (peça 85); f) das Informações nºs 71/2017 (Peça 78) e 125/2017 (Peça 97); g) dos Pareceres nºs 397/2017 (Peça 82) e 612/2017 (Peça 99); II - considerar parcialmente procedentes as representações formuladas pelas empresas Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda. (peça 3) e Urbeluz Energética S.A. (peça 10); III - confirmar em caráter definitivo a cautelar concedida nos termos do item III da Decisão nº 1575/2017, e condicionar a continuidade do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 002/2016, lançado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, à republicação do Edital de Chamamento Público, com a abertura de novo prazo para apresentação de requerimentos por interessados, resguardando-se as quatro empresas participantes que já obtiveram a autorização dos estudos, contendo: a) os critérios objetivos que serão utilizados para: 1) aferir a adequação das informações apresentadas nas planilhas de custos financeiros; 2) avaliar os requerimentos de autorização para apresentação de estudos; b) a previsão de interposição de recurso, em cumprimento ao disposto nos arts. 56 e 58, incisos I e II, da Lei nº 9.784/1999,

aplicada no Distrito Federal por força da Lei nº 2.834/2001; IV - dar ciência desta decisão às representantes; V - autorizar: a) o envio de cópia das Informações nºs 71/2017 e 125/2017 -1ª Diacomp, dos Pareceres nºs 397/2017 e 612/2017, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF/DF, para subsidiar o atendimento do disposto no item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPjTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro PAIVA MARTINS.

SALA DAS SESSÕES, 05 de Setembro de 2017


José Valdirio Da Silva
Secretário das Sessões


Manoel Paulo de Andrade Neto
Presidente da sessão